



miguilim

revista eletrônica do neelii

volume 7, número 2, maio-ago. 2018

NOTAS SOBRE O PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA: UM ESTUDO SOBRE SÓCIO-HISTÓRIA E CRENÇAS LINGUÍSTICAS



NOTES ON PORTUGUESE SPOKEN IN LUANDA: A STUDY ON SOCIO-HISTORY AND LANGUAGE BELIEFS

Manoel Crispiniano Alves da SILVA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA,
Brasil

Marcus Garcia de SENE
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – JÚLIO DE
MESQUITA FILHO, Brasil

Silvana Silva de Farias ARAÚJO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA,
Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES

RECEBIDO EM 28/05/2018 • APROVADO EM 17/08/2018

Resumo

Na compreensão de questões sociolinguísticas relacionadas às diferenças de “poder” existentes entre grupos sociais distintos, a sócio-história e as crenças linguísticas são um

importante ponto de partida. Nesse sentido, a partir do corpus do projeto “Em busca das raízes do português brasileiro”, este trabalho busca socializar aspectos do português falado em Luanda, mais especificamente sobre as crenças linguísticas e a sócio-história nessa comunidade de fala. O estudo contrastou crenças dos falantes das normas popular e culta de Luanda. Para isso, das 24 entrevistas que compõem o banco de dados do referido projeto, 17 foram selecionadas e analisadas a partir das respostas dadas pelos informantes a três questões feitas pelo documentador, as quais possibilitaram verificar as crenças linguísticas dos informantes. Foi possível verificar ainda que as vertentes do português falado naquela cidade diferenciam-se substancialmente, em especial porque a comunidade pertencente à norma culta passou um longo período de imposição linguística que perpassou os espaços sociais e adentrou no ambiente escolar. Assim sendo, concluímos que o português é ainda visto como a língua que representa o prestígio social e que pode atribuir um lugar mais elevado na escala social, mesmo em um país com uma realidade multilíngue, como é o caso de Angola.

Abstract

In understanding of sociolinguistic issues is related to the differences of “power” existing between distinct social groups, socio-history and linguistic beliefs are an important starting point. In this sense, from the corpus of the project "In search of the roots of Brazilian Portuguese", this work seeks to socialize aspects of Portuguese spoken in Luanda, more specifically in linguistic beliefs and a socio-history in the speaking community. The study contrasted the norms of the popular norms of culture of Luanda. The 24 interviews that compose the database of said project, 17 were selected and analyzed based on the information given by the informants three times by the documenter, such as those that can be verified as informants' linguistic beliefs. It was also possible to detect that the slopes of the Portuguese fell on the city, being differentiated, in particular, because the community belonging to the educated norm happened to be a period of linguistic imposition that crossed the social spaces and entered in the school environment. Thus, we conclude that Portuguese is still seen as a language that represents social prestige and that can be attributed to a higher place in the social scale, in the same country with a multilingual reality, as is the case in Angola.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Português angolano. Sócio-história. Crenças linguísticas.

KEYWORDS: Luanda portuguese. Socio-history. Linguistic beliefs.

Texto integral

Considerações iniciais

As pesquisas sociolinguísticas vêm mostrando que as diferentes formas de falar despertam nos falantes crenças e atitudes diversas. Desse modo, descobrir o que as pessoas creem e o que pensam sobre a língua é um ponto crucial para essa

disciplina, dado que as crenças linguísticas, aliadas às atitudes, influenciam decisivamente no uso da língua. Weinreich, Labov e Herzog (2006), ao exporem a avaliação como um dos problemas a ser enfrentado/discutido pela Teoria da Variação e Mudança Linguística, esperavam conseguir compreender reações subjetivas dos falantes frente à determinada variedade linguística, objetivando elucidar a atuação de forças sociais sobre as práticas e escolhas linguísticas.

Além disso, considerando que os discursos diários codificam uma quantidade surpreendente de informações sobre atitudes e crenças dos falantes, é importante analisarmos as crenças linguísticas para compreendermos como essas questões afetam a eleição de uma língua ou variedade em detrimento de outra e, no caso do estudo em questão, procuramos estudar a sócio-história de Luanda, analisando como os fatores sociais e históricos influenciam nas crenças linguísticas de seus falantes.

É a partir desse direcionamento que serão feitas as reflexões neste artigo, articulando informações sobre o contexto sócio-histórico e as crenças dos membros da comunidade pesquisada, alternando-se com os estudos da Sociolinguística, como uma área de pesquisa baseada na correlação existente entre a “estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística” (CEZARIO; VOTRE, 2012, p. 141). Elegemos esse embasamento teórico pelo fato de os estudos sociolinguísticos atrelarem a questão linguística à realidade social, conjecturando a percepção dos dados linguísticos presentes na comunidade, que são capazes de estabelecer o caráter heterogêneo da língua, das crenças linguísticas e das atitudes, ressaltando os aspectos da variação linguística e as complexas relações de poder.

Com relação à organização do presente artigo, o texto está dividido em seis partes, incluindo a introdução e a conclusão. Assim, na sequência, primeiramente, apresentamos a conceituação de crenças linguísticas e, depois discutimos fatos sobre a sócio-história de Luanda-Angola. Após, realizamos a descrição das decisões metodológicas juntamente com a descrição do *corpus* utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa. Feito isso, as análises das 17 entrevistas são apresentadas com alguns trechos para ilustrar as interpretações feitas no desenvolvimento do estudo. Por fim, enumeramos as considerações finais e as referências bibliográficas.

1 Conceituando crenças linguísticas

No Brasil, os estudos sociolinguísticos vêm explorando uma ampla gama de temas nos últimos anos, concentrando-se, sobretudo, nos níveis fonético-fonológico e morfossintático. Os estudos de crenças e atitudes linguísticas¹, mesmo que não tão recentes, vêm ganhando recentemente mais espaço no cenário nacional, em especial com estudos que buscam investigar percepções sobre a língua e os seus falantes e de que modo essas percepções poderiam favorecer ou desfavorecer a mudança linguística (THOMASON, 2001; BISINOTO, 2007;

AGUILEIRA, 2008; OUSHIRO, 2015; SORIANO, 2016; SENE; BARBOSA, 2017; SENE, 2018, entre outros).

Inúmeras são as áreas do conhecimento que consideram a temática das crenças para o desenvolvimento de seus trabalhos: Teologia, Filosofia, Psicologia, História, Educação, Sociologia, Linguística, Sociolinguística etc. Com isso, resulta ser muito complexo definir “crenças”, já que cada área possui um objeto de estudo diferente e estão inseridas em correntes teóricas distintas. Para o filósofo Pierce (1877 apud SILVA, 2005, p. 67), por exemplo, crença refere-se a “ideias que se alojam na mente das pessoas, como hábitos, costumes, tradições, maneiras folclóricas e populares de pensar”. No campo da Sociolinguística, esse termo é sempre delineado em contraponto ao de *atitude linguística*, afinal, poucas são as pesquisas linguísticas que se preocupam, especificamente, em definir “crenças”.

Neste trabalho, coadunando com Marine e Barbosa (2017, p. 365), não consideraremos crenças e atitudes como conceitos dicotômicos, mas complementares, pois “crença e atitude linguística estão de tal forma relacionadas que não podemos tratá-las separadamente, uma vez que a primeira influencia a segunda”.

Para Barcelos (2007, p. 38), a crença é:

Uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construída sem nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais.

Nesse sentido, ter uma crença sobre uma língua, por exemplo, implica uma série de ações que praticamos em menção a ela. As escolhas lexicais, a forma como falamos e, principalmente, nossa atitude perante à língua do outro, refletem não apenas nossos posicionamentos, como também nossos preconceitos e nossa identidade.

Estudos relacionados a esse tema têm apontado pistas, dentro da área da Sociolinguística, para compreensão de questões que podem estar associadas às atitudes linguísticas manifestadas por uma comunidade de fala ou de prática². Também possibilitam “predizer” um dado comportamento linguístico.

A crença é tão antiga quanto nossa existência. Segundo Barcelos (2007), desde que o homem começou a pensar, ele passou a acreditar em algo. Larousse (1992, p. 100), por exemplo, destaca que as crenças são como “uma verdade ou possibilidade de uma coisa ou ainda uma convicção íntima, uma opinião que se adota com fé e convicção”.

Labov (2008), no mesmo sentido, assevera que crenças podem ser definidas como “um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são partilhadas por quase todos os membros de comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão” (LABOV, 2008, p. 176). Para o

pesquisador, apesar de as pessoas compartilharem as mesmas normas relacionadas à língua, não implica que elas falam da mesma forma. Ao contrário, pois são encontradas com frequência formas linguísticas em variação que concorrem umas com as outras na comunidade de fala. Essa concorrência pode ocorrer não só com formas linguísticas, mas também com as crenças que permeiam certos grupos.

Compreender as crenças é uma importante ferramenta que pode revelar o valor social de uma língua e como ela é usada para refletir, por exemplo, “símbolo de pertencimento a determinado grupo”, isto é, uma identificação na sociedade. Além disso, as crenças que um falante tem de sua própria variedade/língua, se a considera apropriada ou não perante outras variedades/línguas, fará com que ele a utilize e, de certa forma, propague sua maneira de falar.

Portanto, a seleção da variante tem um importante efeito sobre as crenças a respeito da realidade concreta e, ao mesmo tempo, é fruto dessas. A escolha linguística mostra as atitudes com que se justificam as crenças. Assim, em contexto de colonização, aprender a língua materna do colonizador pode não refletir escolhas conscientes da comunidade, mas a crença de elevar-se, mesmo que minimamente, ao prestígio social, sem contar na imposição linguística de que se foi vítima.

2 Considerações sobre a sócio-história de Luanda-Angola

Por concebermos a língua como uma realidade essencialmente heterogênea e social, e para compreendermos as crenças linguísticas dos angolanos, necessitamos, necessitamos conhecer a sua sócio-história, pois “[...] a história de uma língua realmente se esclarece pela história social e política do povo que usa essa língua” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 91). Nesse sentido, procuramos socializar fatos sobre a sócio-história de Luanda, para que possamos compreender algumas questões linguísticas dessa comunidade.

Luanda, capital de Angola, cuja língua nativa é o kimbundo, possui uma população atualmente com cerca de 5 milhões de habitantes, sendo uma “[...] cidade fundada pelos portugueses, serviu apenas como local de armazenamento e embarque de escravos para o Brasil” (TEIXEIRA; ALMEIDA, 2017, p. 56). As relações comerciais, motivadas principalmente pelo tráfico de escravos, desenvolvidas entre Brasil e Angola, durante o período da colonização, foram muito expressivas, só após a Independência do Brasil, é que os portugueses decidem colonizar de forma sistemática o território Angolano, antes disso “[...] Angola foi mais uma colônia do Brasil do que de Portugal” (TEIXEIRA; ALMEIDA, 2017, p. 56).

Luanda é caracterizada por um multilinguismo, abrigando inúmeras línguas africanas, sobretudo do tronco banto: umbundo, kikongo, kimbundo, entre outras. Esse cenário linguístico começou a configurar-se a partir da segunda metade do século XIX, quando muitas pessoas, falantes de suas línguas nativas, oriundas das diversas províncias de Angola, sofrendo as consequências da Guerra Civil que

perdurou de 1975 a 2002, buscando melhores oportunidades de vida e segurança, migraram para Luanda. Ao chegarem à Luanda, esses migrantes, para sobreviverem, adquiriram, de forma assistemática, através da oralidade, sem interferência da escola, a língua oficial – o português. Os jovens que nasciam em Luanda já haviam adquirido a língua portuguesa como língua materna. Para demonstrar como se deu a aquisição da língua portuguesa pelos adultos em Luanda, apresentamos o que diz essa informante que tem como língua materna o umbundo:

DOCUMENTADOR: “E como é que aprendeu a falar o português?”

INFORMANTE: “É... prontos. Português que eu aprendi a falar quase é cópia, assim que eu tinha o meu xará, me levava pra cidade e logo eu a ver os que falam, eu também, quer dizer, copiava [...]”. (D., 30 anos, falante da norma popular).

Na sequência, ações governamentais foram adotadas com a finalidade de coibir o uso das línguas nacionais. No ensino formal, por exemplo, os luandenses tinham o direito de aprender até mesmo línguas estrangeiras (o inglês e o francês), mas não tinham a oportunidade de estudar as línguas nativas. Impor o português como língua oficial e proibir os nativos de falarem sua língua materna foi um processo da colonização portuguesa que trouxe consequências linguísticas, como se pode observar, por exemplo, no seguinte trecho: “Em Angola, falar português com influência das línguas bantas, o ‘pretuguês’, era visto como uma forma de contaminação da língua” (SANTOS, 2017, p.149).

Com a Independência do Brasil e diante da relação comercial desenvolvida no período colonial entre Brasil e Angola, temendo que Luanda passasse a ser uma colônia brasileira, os portugueses voltaram a Angola e investiram ostensivamente na colonização do seu território, expandindo de forma significativa seu domínio para o interior do país.

Desse modo, o período de contato entre portugueses e angolanos foi consideravelmente curto comparado ao do Brasil, por esse motivo Teixeira (2008, 2013) e Teixeira e Almeida (2017) assumem que o português angolano ainda não tem uma identidade linguística formada, portanto, estando ainda em processo de constituição: “[...] o português angolano ainda se encontra em formação. O país livrou-se do jugo português há pouco mais de trinta anos. Mudanças já estão ocorrendo e muitas hão de aflorar no momento em que o angolano assumir a sua angolanidade [...]” (TEIXEIRA, 2008, p. 13).

3 Descrição do *corpus* e decisões metodológicas

Este estudo toma como *corpus* dados de fala coletados pelo projeto **Em busca das raízes do português brasileiro**³. O projeto está sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP)⁴. As entrevistas foram gravadas entre o ano

de 2008 e 2013, na área urbana do município de Luanda. O *corpus* conta com 24 entrevistas que seguem o protocolo sociolinguístico, estratificadas com base nas seguintes variáveis: *sexo* (masculino/feminino); *faixa etária* (I-20 a 30 anos, II- 36 a 50 anos, III- acima de 52anos); *escolaridade* (baixa ou nula e superior); *língua materna* (português, línguas africanas); *local de nascimento* (capital e interior).

Para realização das entrevistas, os instrumentos de gravação utilizados foram: gravadores portáteis digitais e ficha social dos informantes. Esse *corpus* tem uma relevância acadêmica, pois possibilita conhecer a realidade sociolinguística e as crenças dos angolanos, além de possibilitar estudar o contato do português brasileiro (doravante PB) com as línguas africanas, e dessa forma, analisar a contribuição das línguas africanas na constituição do PB, já que Luanda e Brasil têm sócio-histórias semelhantes.

Para análise das crenças, seguiremos a abordagem direta articulada e defendida por Garret (2010). Com relação a esse tipo de abordagem, o pesquisador afirma que “as pessoas são simplesmente perguntadas diretamente acerca da avaliação linguística, preferências, etc.” (GARRET, 2010, p. 39, tradução própria⁵). A adoção desse tipo de abordagem é importante, uma vez que o *corpus* não foi desenvolvido com objetivo de coletar as crenças linguísticas dos informantes. Porém, esse tipo de técnica pode ser apreendido paralelamente à aplicação de outros procedimentos como a entrevista sociolinguística.

O *corpus* em questão, que segue uma estrutura de entrevista do tipo DID (diálogo entre informante e documentador), contém três questões que nos permitiram não inferir ou hipotetizar acerca das crenças linguísticas, mas apreendê-las e discuti-las. Afinal, elas estão registradas, foram emitidas pelos próprios falantes e coletadas por uma das técnicas da entrevista sociolinguística que tem um grande poder explanatório sobre uma dada variedade linguística.

Nesse sentido, interessa-nos, neste trabalho, fazer um estudo contrastivo entre a norma popular (NP) e a norma culta (NC) da comunidade de fala de Luanda⁶. Sendo esta pesquisa de cunho qualitativo, foram selecionadas 9 entrevistas da Norma Popular e 8 da Norma Culta. Por ser de cunho qualitativo, o rigor na seleção das entrevistas não é necessário, afinal não utilizaremos meios estatísticos para prever um dado comportamento social de uma variável, por exemplo. Assim, a escolha de 9 de uma variedade e 8 de outra, não implicará negativamente a análise. A decisão de escolher essas entrevistas deu-se pelo fato de os informantes responderam às três questões a serem analisadas. Em outras palavras, nas outras entrevistas, algumas dessas perguntas ou não foram feitas, ou não foram respondidas pelos entrevistados. Assim, das 24 entrevistas do *corpus*, 17 serão analisadas neste trabalho.

4 Análise dos dados

Quando se pensa em diversidade linguística e/ou contexto multilíngue, predominantemente se pensa na diversidade interna à própria língua portuguesa, o que ocorre, entre outras razões, pelo predomínio de uma política linguística

intencionalmente monolíngue. Assim, acabam por esquecer que quando falamos, estamos indo muito além da transmissão de uma mensagem. Brandão (1991) declara que, ao falarmos, deixamos transparecer várias características de nossa identidade. Essas podem ser captadas a partir de crenças linguísticas que emergem diariamente nos discursos e, a partir disso, o interlocutor seria capaz de nos filiar em determinado grupo social.

Por essa razão, este artigo ganha o título de notas sobre as crenças linguísticas e a sócio-história da comunidade estudada, dado que a partir delas, outras pesquisas podem (e devem) ampliar a pesquisa sociolinguística, fornecendo mais evidências para a compreensão da identidade dessa comunidade. Ao analisar os dados, percebemos como é possível compreender a identidade de um povo através de suas crenças.

Reitera-se, portanto, que acreditamos que não existe “a identidade”, mas “as identidades”, dinâmicas e voláteis. Ao analisarmos as questões aqui selecionadas, conjecturamos fazer uma fotografia das avaliações subjetivas que permeiam o imaginário dessa comunidade. As três questões investigadas foram: (1) Você acha o português difícil?; (2) Você acha que as crianças devem aprender as línguas nacionais na escola?; (3) Entre a língua nativa e o português, qual é a língua que você acha mais bonita?

Considerando a abordagem direta (GARRET, 2010), os falantes foram perguntados diretamente para que pudessem fornecer as suas crenças. Em relação à questão de número 1, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 1 – Sistematização das respostas fornecidas pelos informantes para a questão de número 1

| <i>Você acha o português difícil?</i> | <i>Sim</i> | <i>Não</i> |
|---------------------------------------|------------|------------|
| <i>Norma Popular</i> | 6 | 3 |
| <i>Norma Culta</i> | 1 | 7 |

Fonte: própria

Como podemos observar, o português é considerado uma língua difícil pelos informantes com baixa ou nula escolaridade pertencentes ao grupo que usa a norma popular. Enquanto essa crença linguística não é compartilhada pelos falantes cultos luandenses, o que evidencia a polarização sociolinguística desta comunidade de fala.

Devido à guerra que durou vinte e sete anos, muitos angolanos, falantes autóctones das línguas africanas, foram para Luanda e chegando lá, para poder se comunicarem, tiveram que adquirir a língua do colonizador. Essa aquisição se deu de forma precária, nas condições mais adversas possíveis, sem passarem pelo crivo da escolarização. O exemplo a seguir, extraído do *corpus*, serve para aclarar o que foi dito:

Entrevistador: “**Acha o português difícil?**”

Informante: “O português é difícil sim, o português é difícil porque quer dizer, cada qual tem memo a sua nascença e com os seus dialectos, então quer dizer, ainda que a gente fala o português. Se falar é porque prontos. Enfim, a nossa língua que nos nasceram com eles é que a gente mais aprendemos”. (D.C, 32 anos, falante analfabeto).

São essas pessoas que não tiveram acesso à educação formal, falantes de variedades que não gozam de prestígios socialmente –sobre as quais se abate um perverso preconceito linguístico que gera a discriminação por meio da língua–, que acham o português difícil. E sobre isso, Lucchesi (2015, p. 96) acrescenta: “[...] deve-se acrescer a potencial resistência cultural e ideológica que faz os indivíduos do grupo dominado não almejarem alcançar uma proficiência plena na língua de seus senhores”.

É importante frisar que 4 falantes, tanto da NP como da NC, têm como língua nativa o português. Em relação à NP, em uma análise mais detalhada dos informantes, observamos que, dos 3 que informaram que não acham difícil o português, dois deles têm a língua portuguesa como nativa, enquanto outro participante da pesquisa tem a língua Kikongo como materna e não reconhece o português como uma língua difícil.

Essa exemplificação é interessante para mostrar a polarização das crenças linguísticas. Afinal, se são 4 falantes da NP que têm o português como língua materna, deveríamos esperar, naturalmente, que estes não reconhecessem o português algo difícil. O que temos é o contrário, falantes que têm o português como língua nativa afirmam que o português é sim complicado. Isso acaba por refletir o que alega Alkmim (2001, p. 27) que sendo a língua uma prática humana, esta “revela o uso particular que grupos ou classes de homem fazem dela e como as diferenciações que daí resultam no interior de uma língua comum” permite que o homem se situe na natureza e na sociedade.

Dos informantes que usam a NC, em contrapartida, apenas um informante acredita que o português é difícil. Apesar de acreditarem que o português não é uma língua complicada, durante o desenvolvimento de algumas entrevistas, quando questionados o que é falar bem o português, notamos haver uma crença que, para falar bem o português é preciso saber gramática, desse modo, entendendo a língua não como uma realidade heterogênea e social, mas a língua como sinônimo de gramática. Nesse sentido, por essa crença ser compartilhada por indivíduos que passaram pelo crivo escolar, podemos inferir que a escola exerce uma forte influência na construção dessa crença. Para ilustrar o que foi dito, observamos o que diz essa informante:

Entrevistador: **“Pra senhora, o que é falar bem a língua portuguesa?”**

Informante: “Aprender a gramática, não é? Sim, só pra falar bem, ou pensar bem, tem que dominar a gramática, conhecer os verbos, os tempos...”. (L., 51 anos, falante culta).

Um detalhe importante é apresentado por Santos (2015) em relação à sócio-história dessa comunidade e, a partir dela, é possível compreender algumas das crenças manifestadas. Em Angola, durante o período colonial:

A língua falada na escola era submetida à vigilância da polícia política portuguesa, a chamada PIDE, para garantir a ordem de que nenhuma língua local fosse falada, sendo considerado um ato subversivo a atitude contrária. Se um assimilado falasse o kimbundo na escola, seus pais responderiam à polícia. (SANTOS, 2015, p. 59).

As respostas dos falantes da NC nos conduzem a afirmar que suas crenças refletem o condicionamento da língua portuguesa como a língua que deve reger os espaços de formação acadêmica. Ainda nesse sentido, podemos verificar que nem todos têm o português como língua nativa, o que significa que aprenderam durante a formação escolar. A questão de situação da guerra apontada anteriormente, também aparece no discurso de F. que destaca que:

Entrevistador: Quantos anos tinha quando aprendeu o Português?

F: Eu tinha que sair de Angola para o Congo Democrático devido à situação da Guerra, e depois eu nasci numa localidade que até hoje muitos não falam Português, muitos não falam Português... falam Kicongo...isso. Este fator levaram-me pra aperfeiçoar, aperfeiçoar, e, embora que algumas frases eu sabia falar, mas aos 21 ano, aos 21 ano eu comecei a aperfeiçoar o meu Português. (F. 54 anos, falante culto).

O informante acima deixa explícito, em sua crença, que a relação dele com o português era uma necessidade de sair da situação pós-guerra e, sobretudo, pela busca do ensino superior. Afinal, o mesmo informante esclarece que a influência de sua língua materna (Kicongo) é ainda muito forte:

E com as pessoas mais velhas, com os meus tios eu não sei... não consigo falar Português com eles. Não, não consigo - quando estou diante deles eu falo Kicongo. (F. 54 anos, falante culto).

Em situação de países em que predomina um multilinguismo, é frequente que, em contextos familiares, a língua materna seja utilizada. Essa atitude ilustra uma situação de diglossia, oriunda de um processo de colonização em que a língua materna do falante deve ser evitada em detrimento da língua do colonizador, pois falar português é sinônimo de aceitação e ascensão social.

Em relação à pergunta de número 2, sobre o que acham de as crianças aprenderem as línguas nacionais na escola, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 2 – Sistematização das respostas fornecidas pelos informantes para a questão de número 2

| Você acha que as crianças devem aprender as línguas nacionais na escola? | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| Norma Popular | 9 | 0 |
| Norma Culta | 6 | 2 |

Fonte: própria

Como podemos verificar no quadro 2, nenhum dos falantes da vertente popular creem que não se deve ensinar as línguas nacionais na escola, crença compartilhada pela maioria dos falantes cultos luandenses, por mais que o país seja multidialetal e tenha, aproximadamente, 40 línguas nacionais. A maioria das respostas apresentadas é a crença de que, por se tratar da língua da “terra”, do “berço”, da “mãe”, ela deve ser apreendida na escola como forma de propagar e consagrar a cultura local. M. J, falante de 50 anos e natural de Luanda, aponta o seguinte:

Eu acho que devem aprender todas as línguas nacionais porque **a língua portuguesa não é nossa língua**. Por isso que é obrigado aprender todas escolas da iniciação. Tem que aprender logo uma língua nacional. É importante. (M.J, falante da norma popular, 50 anos, grifo nosso).

Diferentemente dos outros informantes, que, de forma breve, falaram que a importância do ensino das línguas nacionais envolve a questão cultural, a informante acima ressalta que o português não é a língua da comunidade, sendo imposta através do processo de colonização, pois como afirma Mingas (2000, p. 32 apud SANTOS, 2015, p. 32): “o bom conhecimento de língua portuguesa era a condição mais importante para ascender a qualquer posição de destaque na sociedade colonial”, mas reconhece a importância das línguas nacionais serem lecionadas desde a “iniciação” na escola. Essa manifestação de crença sobre a língua está alinhada com a pergunta anterior, dado que por se tratar de um falante da NP, sabemos que eles sofrem “menos” com a imposição do idioma, por não terem se mantido longos anos nos ambientes educacionais.

Nesse sentido, o que verificamos é que quanto mais positiva for a relação do falante com a cultura em que uma língua é falada, mais favorável será o uso e a aquisição dessa. O inverso também é verdadeiro, as crenças e atitudes culturais negativas tendem a provocar rejeições linguísticas. Esse caso de rejeição pode ser verificado, no mesmo informante F, que afirma:

Bem, eu até me pergunto com quê objetivo. Qual é a língua que vai-se ensinar, digamos assim, aqui em Luanda. Bantoque vai ser ensinado na escola só que, o que o meu filho fala é Kikongo, é Kikongo, se o outro quer que fale Kibundo ... como é que vão fazer essa divisão? Que este grupo de aluno vão aprender o Cowkuw ou também nangela vão aprender Kikongo. (F., 54 anos, falante culto).

Por mais plausível que seja a resposta acima apresentada – afinal são quase 40 línguas maternas – o presente informante ignora que manter as línguas nacionais é manter a cultura e, sobretudo, a respeito do assunto, Altenhofen (2013, p. 104) adverte que:

Muitos dos conflitos que ocorrem em sociedades plurilíngues, com presença de línguas minoritárias, derivam do equívoco de delegar todas as responsabilidades do destino das línguas ao Estado (ou à escola como instrumento do Estado) e supor equivocadamente que as ações individuais em relação às línguas não têm qualquer efeito sobre esses conflitos, que se acredita serem resolvidos exclusivamente por ações do poder público.

Nesse contexto, para compreender os fatores que levam os familiares a promover o bilinguismo ou não, faz-se necessário observar o modo como a língua e a cultura são percebidas nesse processo. Para o informante F, de 54 anos, informante da vertente culta, natural de Cuito, por exemplo, a relação entre língua e cultura é fundamental e, a partir disso, ela afirma que “quando uma criança perde sua língua nacional, ela perde também sua cultura”.

O quadro abaixo sistematiza as respostas relacionadas à pergunta de número 3, que procura investigar qual língua é considerada mais bonita entre os luandenses, se é a materna ou a língua oficial e os seguintes resultados podem ser observados:

Quadro 3 – Sistematização das respostas fornecidas pelos informantes para a questão de número 3

| Entre a língua nativa e o português qual é a língua que acha a mais bonita? | Nativa | Português |
|---|--------|-----------|
| Norma Popular | 4 | 0 |
| Norma Culta | 2 | 0 |

Fonte: própria

Sabemos que o *corpus* não foi formado para o estudo de crenças, mas, a partir de algumas respostas, podemos notar as crenças linguísticas dos luandenses. Por essa razão, das 9 entrevistas do NP e 8 da NC, na maioria dessas entrevistas

não foi feita essa pergunta pelo entrevistador, dessa forma, justificando o baixo índice dos dados.

Os avanços linguísticos vêm mostrando que, do ponto de vista científico, não existe língua fácil ou difícil, feia ou bonita, superior ou inferior. Mas, como podemos observar, os falantes da vertente vernacular e culta acreditam que sua língua materna é mais bonita, mesmo não gozando do mesmo prestígio e *status* social da língua do colonizador.

Cientificamente não há língua feia ou bonita, no entanto, sabemos que o português não é a língua nacional, mas a oficial de Angola, devido às razões sócio-históricas de imposição do colonizador, sendo os luandenses vítimas de uma perversa violência simbólica, tendo que abdicar da sua língua nativa em detrimento da língua da colonização, pois falar a língua portuguesa era sinônimo de ascensão social. Afirmar que sua língua é mais bonita do que a imposta é firmar a sua identidade cultural e linguística.

Na NP, em uma das entrevistas, a entrevistadora não pergunta qual é a língua mais bonita, mas a mais necessária:

- Então, entre o kimbundo e o português, qual das duas acha a mais necessária?

- “Eu acho que, pronto, o kimbundo é língua materna. Isso é a nível das províncias. A língua do país... a língua provincial, a língua do kimbundo, é língua nacional, mas o mais importante é o português, para nos entendermos”. (S., 49 anos, falante da NP).

Ao enumerar que o mais importante é o português, a informante só reitera que a língua portuguesa é a socialmente mais elevada e prestigiada e, por essa razão, é tida como a necessária para compreensão das comunidades. Como ressalta Santos (2015), falar o português com influências das línguas nacionais era um fator de estigmatização social, era chamado pejorativamente de “pretoguês”, isso demonstra o quanto a língua do colonizador era prestigiada e considerada superior em relação às línguas locais.

Silva e Aguilera (2014), nesse sentido, sumarizam que o trabalho com as crenças e as atitudes linguísticas possui hoje uma grande relevância, uma vez que existe um fato amplamente disseminado de que existem línguas, variedades e dialetos que representam classes sociais mais elevadas ou prestigiadas, características estas que a colocam em um lugar privilegiado na escala social. Um exemplo é a variedade padrão da língua portuguesa que, como bem colocou as autoras, é a forma eleita como própria daqueles que estão alocados em uma escala social mais conceituada e perpassa o imaginário social não só dos falantes brasileiros, bem como dos luandenses que participaram das entrevistas.

Considerações finais

Tal como já anunciamos, apresentamos aqui breves considerações sobre a sócio-história de Luanda para uma melhor compreensão das crenças linguísticas que permeiam o imaginário dos luandenses. Luanda é caracterizada por uma polarização sociolinguística e, por essa razão, é fundamental compreendermos o que pensam a respeito das línguas nativas e da língua portuguesa. De maneira semelhante aos estudos de produção e descrição sociolinguística, este estudo nos possibilitou demonstrar a importância das crenças para compreender, por exemplo, a eleição de uma língua em detrimento de outra ou, também, as crenças que permeiam o imaginário social dos informantes em relação a uma língua e não a outra.

Entre as vertentes que marcam a polarização sociolinguística do português falado em Luanda, pudemos verificar que elas se diferenciam substancialmente, em especial porque a comunidade pertencente à NC passou um longo período de imposição linguística que perpassou os espaços sociais e adentrou no ambiente escolar, espaço em que a variedade padrão do português era cobrada, caso contrário os familiares responderiam à polícia sobre o não cumprimento da ordem.

É por essa razão, por exemplo, que os dados da NC de que não acham o português difícil foi maior do que na NP. Além de terem mais contato com a língua, reconhecem seu prestígio e, por essa razão, creem que é por ela que podem ser mais bem aceitos socialmente. Nesse mesmo sentido, a NP se destaca como aquela que valoriza a língua da terra e, por esse motivo, na questão de número 2, há uma unanimidade nas respostas de que se devem ensinar as línguas nacionais na escola para a manutenção da cultura local. O mesmo sentido não é compartilhado pelos falantes da NC que, mais conscientemente, problematizam o ensino das línguas nacionais, considerando a grande quantidade de línguas e, sobretudo, valorizam o ensino do português como língua unânime para o entendimento mútuo.

A questão de número 3 revela indícios de identidade do grupo, afinal mesmo que do ponto de vista científico não exista língua mais feia ou bonita, melhor ou pior, ao assegurarem que sua língua nativa é a mais bonita que a do colonizador acabam firmando ideologicamente a sua cultura. Desse modo, concluímos que o português é ainda visto como a variedade que representa o prestígio social e que pode atribuir um lugar mais elevado na escala social. Além disso, atestamos a necessidade de desenvolver novos protocolos sociolinguísticos convidando os falantes para avaliar determinadas variedades linguísticas e, também, contribuir para os estudos de descrição do português de Luanda.

Notas

¹ A área da Psicologia Social foi pioneira em investigar as crenças e atitudes, na década de 1960.

² Para mais informações sobre as comunidades de fala e de prática, sugerimos Labov (2008) e Eckert (2000) respectivamente.

³ Projeto *Em busca das raízes do português brasileiro*. Informações disponíveis em: <<http://www2.uefs.br/nelp/angola/index.html>>. Para a realização das entrevistas, houve a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UEFS). O número do Parecer favorável à sua realização é 140.511.

⁴ O projeto foi idealizado e coordenado pela Professora Doutora Eliana Pitombo até o ano de 2016 (Professora Adjunta aposentada da UEFS), e atualmente se encontra sobre a coordenação da Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araújo (Professora Titular da UEFS).

⁵ No original: “people are simple asked questions directly about language evaluation, preference, etc.”.

⁶ Utilizamos os conceitos de norma culta e norma popular, como postulado por Lucchesi (2001, 2015).

Referências

AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 105-112, 2008.

ALKMIM, T. Sociolinguística. Parte I. In.: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C. et al (Org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.

BARCELOS, A. M. F. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007.

BISINOTO, L. S. J. *Atitudes sociolinguísticas: efeitos do processo migratório*. Campinas: Pontes, 2007.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1991. (Série Princípios).

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 141-153.

ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice*. Malden/Oxford: Blackwell, 2000.

GARRETT, P. *Attitudes to language*. Cambridge: University Press, 2010.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LAROUSSE. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1992

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *D.E.L.T.A.*, São Paulo. v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARINE, T. de C.; BARBOSA, J. B. Crenças linguísticas de alunos do PROFLETRAS de universidades no Triângulo Mineiro. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 361-379, 2017.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. 2015. 372 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, M. R. P. dos. *“Amanhã vais na panela”*: um estudo sobre a regência do verbo ir no português falado em Luanda. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

SANTOS, R. P. Um estudo sobre a regência do verbo ir. In: TEIXEIRA, E. P.; ARAUJO, S. S. de F. (Org.). *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d’aquém e d’além-mar*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 145-173.

SENE, M. G. *Os desvios ortográficos de redações escolares do Ensino Fundamental II: descrição, análise e atitudes linguísticas dos professores*. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2018.

SENE, M. G.; BARBOSA, J. B. Atitudes linguística de professores de educação básica e desvios ortográficos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 10., 2017, Niterói. *Anais...* Niterói: Associação Brasileira de Linguística, 2017. p. 312-322.

SILVA, K. A. da. *Crenças e aglomerados de crenças de alunos ingressantes em letras (Inglês)*. 2005. 243 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2005.

SILVA, Hélen Cristina da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. O poder de uma diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas. *ALFA: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 703-723, 2014.

SORIANO, L. G. M. *Percepções sociofonéticas do (-R) em São Paulo*. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TEIXEIRA, E. P. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA-HERNANDES, M. C.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G., MARTIN, V. lia de R. (Org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP. Editora, 2008. p. 01-16.

TEIXEIRA, E. P.; ALMEIDA, N. L. F. de. Sentenças relativas. In: TEIXEIRA, E. P.; ARAUJO, S. S. de F. (Org.). *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d’aquém e d’além-mar*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 49-79.

THOMASON, S. G. *Language contact: an introduction*. Georgetown: University Press, 2001.

WIENREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

Para citar este artigo

SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; SENE, Marcus Garcia de; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. Notas sobre o português falado em Luanda: um estudo sobre sócio-história e crenças linguísticas. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 7, n. 2, p. 337-353, maio-ago. 2018.

353

Os autores

Manoel Crispiniano Alves da Silva é graduando em Letras Vernáculas, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atualmente, é bolsista CNPq, integra o grupo de pesquisa "Constituição, Variação e Mudança do/ no Português Brasileiro", sob a coordenação da Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS) que visa a estudar a sócio-história do Português Brasileiro (PB), analisando a contribuição das línguas africanas na formação do PB. Desenvolve trabalhos na área da Sociolinguística, com ênfase na Sociolinguística Educacional e variação morfossintática no intercâmbio sociolinguístico entre o Português de Luanda-Angola e o Português Brasileiro, analisando o peso do contato linguístico entre ambas as nações.

Marcus Garcia de Sene é doutorando e mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara). Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2015). Membro-pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociolinguística de Araraquara (SolAr) e do Grupo O Ensino de Língua Portuguesa e a Relação entre Oralidade e Escrita (UFTM/Uberaba). É editor dos periódicos *Revista Diálogos (RevDia)* ISSN 23190825 Qualis CAPES B2 e *Revista Falange Miúda (ReFaMi)* ISSN 2525-5169.

Silvana Silva de Farias Araújo é doutora em Língua e Cultura (UFBA), Mestre em Letras e Linguística (UFBA), especialista em Língua Portuguesa: Gramática (UEFS) e Graduada em Letras Vernáculas (UEFS). Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santana (UEFS) e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS). Tem experiência na área de Linguística Histórica, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: formação do Português do Brasil, contatos linguísticos, fenômenos morfossintáticos e variedades africanas do Português. Atualmente é coordenadora do Mestrado em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Contato: silvanaaraujo@uefs.br. Foi presidente da Associação brasileira de Estudos Crioulos e Similares (ABECS), no biênio 2014-2016.

Apoio e financiamento: Capes; CNPq.